

INTERCULTURALIDADE COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES INTERÉTNICAS DECOLONIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DE PROJETO DE EXTENSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

INTERCULTURALITY AS A SPACE OF CONSTRUCTION OF DECOLONIAL INTERETHNIC RELATIONS: REFLECTIONS BASED ON AN EXTENSION PROJECT DEVELOPED IN PUBLIC SCHOOLS

Lori Altmann - Mestre em Antropologia (PPGAS/UFRGS) e em Ciências da Religião (PPG em Teologia UMESP), doutora em Teologia (PPG em Teologia das Fac. EST), docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), coordenadora do Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Rua Cel. Alberto Rosa, 154, 96.010-770 – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lori.altmann@yahoo.com

Roberto Ervino Zwetsch - Mestre em Teologia (Fac. N. Sr^a. de Assunção/SP) e doutor em Teologia (PPG em Teologia das Fac. EST), professor pesquisador do Programa de Pós Graduação em Teologia das Faculdades EST, Grupo de Pesquisa: Identidade Étnica e Interculturalidade. Faculdades EST – Rua Amadeo Rossi, 467, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rezwetsch@gmail.com

RESUMO

O Brasil, historicamente, se constituiu sobre a escravidão indígena e de africanos e afro-brasileiros, o que gerou uma sociedade racista e extremamente desigual. A luta dos povos indígenas e de escravos africanos pela liberdade nunca deixou de existir, apesar da crueldade imposta a estes povos pelo sistema colonial e neocolonial. A experiência de realizar um projeto de extensão enfocando a história indígena em escolas da rede pública do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Brasil, concretizando os objetivos da Lei 11.645, de março de 2008, vem demonstrando que é possível envolver crianças e jovens numa nova abordagem dessa realidade histórica, principalmente quando se abre a oportunidade de ouvir nas salas de aula estudantes universitários e lideranças indígenas que falam de suas histórias e culturas, a partir de um diálogo criativo e desafiador. Docentes de escolas públicas igualmente estão envolvidos em um processo de formação continuada que lhes habilita a darem continuidade aos temas abordados, conforme preveem os projetos pedagógicos dos cursos. A abordagem teórica deste artigo faz referência aos estudos decoloniais e interculturais.

Palavras-chaves: povos indígenas; interculturalidade; relações interétnicas decoloniais; projeto de extensão em escolas públicas.

ABSTRACT

Brazil has historically constructed itself based on local indigenous peoples' slavery, African and Afro-Brazilian slavery, which has created a racist and extremely unequal society as a result. The struggle of local indigenous peoples and African slaves for freedom never stopped, in spite of the cruelty imposed to these groups by colonial and neocolonial systems. The experience of developing an extension project focusing on indigenous peoples' history in public schools in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil, following the aims described in the Law 11.645, March 2008, has demonstrated that it is possible to involve children and young people in a new approach to this historical reality. This happens mainly when we make it possible for university students and young indigenous leaders to speak and introduce their histories and cultures to the public school students, through a creative and challenging dialogue. Public Schools teachers are also active and able to develop the themes presented and discussed in this project as described in the pedagogical project and guidelines of their courses. The theoretical approach of this project described in this article refers to decolonial and intercultural studies.

Keywords: indigenous peoples; interculturality; decolonial interethnic relations; public schools extension project.

INTRODUÇÃO¹

Historicamente, o Brasil se constituiu sobre a escravidão indígena e de africanos e afro-brasileiros, o que gerou uma sociedade racista e extremamente desigual. A luta dos povos indígenas e de africanos escravizados pela liberdade nunca deixou de existir, apesar da crueldade imposta a esses povos pelo sistema colonial e neocolonial. Este artigo tem por objetivo apresentar a experiência de um projeto de extensão enfocando a história indígena em escolas da rede pública do município de Pelotas, no RS, Brasil, concretizando os objetivos da Lei 11.645/2008. O projeto envolve crianças e jovens numa nova abordagem dessa realidade histórica, tendo como ponto alto a oportunidade de ouvir nas salas de aula estudantes universitários e lideranças indígenas que falam de suas histórias e culturas, a partir de um diálogo criativo e desafiador. Docentes de escolas públicas igualmente foram envolvidos em um processo de formação continuada que lhes habilita a darem continuidade aos temas abordados, conforme preveem os projetos pedagógicos dos cursos. A abordagem teórica deste artigo faz referência aos estudos decoloniais e interculturais, que permitem uma abordagem crítica e transformadora da história indígena em sala de aula.

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE PELotas, RS

A partir da lei 11.645, de 10/03/2008, passa a ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático, a partir de então, deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta das comunidades negras e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

1. Este artigo foi apresentado pela primeira vez, na forma oral, no 3º CIPAL - Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina, ocorrido no período de 3 a 5 de julho de 2019, na Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil, com o tema central "Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns".

O Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), do Instituto de Ciências Humanas, da UFPel, inicia em 2013 o projeto de extensão “Temática Indígena na Escola: diversidade de saberes” (depois apenas, “Temática Indígena: diversidade de saberes”), que consiste em envolver docentes, funcionários/as e estudantes de escolas da rede pública de ensino de Pelotas/RS e região em pesquisa, troca de experiências e construção de propostas de como trabalhar a temática indígena em sala de aula. O esforço conjunto visou à implantação das exigências da Lei como forma de garantir a valorização da história e das culturas indígenas, que configuram a diversidade cultural brasileira, a partir da contribuição de seus próprios protagonistas, seja na escolha do suporte bibliográfico e audiovisual, nas assessorias ou na seleção de bolsistas.

O projeto é realizado em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) de diferentes escolas públicas da rede de ensino de Pelotas e região. Realizou-se de 2013 a 2015 na Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M. E. F.) Nestor Elizeu Crochemore, situada no 7º distrito, área rural de Pelotas, na Vila Nova. Em 2016 inicia e segue até 2017 junto ao NEABI do Colégio Municipal Pelotense (CMP), na região urbana de Pelotas. O núcleo estava nesse período sob a responsabilidade das professoras Maria Raquel Rodrigues Vieira e Maritza Flores Ferreira Freitas.

Na edição de 2018, o projeto foi contatado e iniciou atividades de extensão em parceria com IFSul/CAVG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas-Visconde da Graça, sob a coordenação da Prof^a. Darlene Rosa da Silva. Foi solicitado um curso para discentes de graduação das Licenciaturas e de Gestão Ambiental, docentes e técnicos administrativos do Campus CAVG. As temáticas elencadas e desenvolvidas foram: “Educação indígena e educação escolar indígena”, sob a assessoria da mestranda em Antropologia, Laisa Arlene Sales Ribeiro, do povo Kaingang; “Jogos, esportes e olimpíadas indígenas”, sob a assessoria de Abicael Moreira do povo Kaingang, aluno de Educação Física (UFPel); “Saúde e ervas medicinais, Leonardo Christian da Silva Maia”, estudante indígena de Medicina (UFPel), do povo Tuxá; “Moradias indígenas”, sob a assessoria de Louise Prado Alfonso, PPGAnt/ICH/UFPel; “Etnosaberes”, com Rogério Reus Gonçalves da Rosa, PPGAnt/ICH/UFPel; “Infâncias indígenas ou crianças indígenas?” – Povo Mbyá Guarani, com Maria *Jaxuca*, indígena Mbyá Guarani da *Tekoá Kapi’i Ovy* e Maria Heloisa Martins da Rosa, graduada e mestre em Antropologia (UFPel) e especialista em Educação, Diversidade e Cultura Indígena (COMIN/Fac. EST)².

As escolas tem se deparado com a carência em termos de formação docente e de material adequado a respeito da história e cultura indígenas para aplicação em sala de aula (SILVA; GRUPPIONI, 1995), apesar das demandas das escolas junto à Secretaria Municipal de Educação e Desportos (SMED), de Pelotas e da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE). Pelas características da história do município de Pelotas, as escolas da rede pública têm realizado, em maior número, atividades voltadas para a história e cultura afro-brasileira, especialmente por esta região ter sido área das charqueadas, indústria da produção de carne bovina salgada basicamente fruto de trabalho escravo. Em vista disso, o NETA tem sido procurado para realizar parcerias e desta maneira este projeto vem propiciando uma construção conjunta, considerando que o curso de Antropologia é bacharelado e os/as professores/as possuem preparação pedagógica através de sua formação em Pedagogia ou outras licenciaturas. A extensão, além disso, é uma oportunidade em termos de ensino e de pesquisa para estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes cursos da UFPel (Antropologia, Ciências Sociais, História, Turismo, Medicina, Educação Ambiental, Artes, Educação Física entre outros) e tem resultado em artigos, trabalhos de conclusão de curso e em dissertações de mestrado. Nesse sentido, a participação

2. Maria Heloisa Martins da Rosa escreveu seu TCC e sua dissertação de mestrado junto a um coletivo Mbyá Guarani (ROSA, 2012 e 2016).

de discentes de graduação e pós-graduação, como bolsistas e voluntários/as, a contribuição de docentes da universidade e de assessores/as externos/as, pesquisadoras/as do campo da Etnologia Ameríndia³ têm sido de fundamental importância.

A criação das Ações Afirmativas na UFPEL, com a implementação do ingresso especial para discentes quilombolas e indígenas, garantiu o ingresso de alguns indígenas de diferentes etnias em cursos de escolha de suas comunidades. O projeto passou a ter a significativa participação de indígenas acadêmicos/as de graduação e pós-graduação, além de lideranças e de comunidades das etnias Mbyá Guarani e Kaingang do sul do estado do Rio Grande do Sul. Leonardo Christian da Silva Maia, do povo Tuxá e Abicael Moreira do povo Kaingang passaram a integrar o projeto como bolsistas, apesar de estarem em cursos que não abordam (ou pouco abordam) a respeito dos povos indígenas. O diálogo com as escolas tem se potencializado com sua presença e, por outro lado, os estudantes indígenas expressaram ter aprendido com este diálogo e destacam a importância de, ao falarem sobre seu povo e sua cultura, também estarem aprendendo. Uma coisa é ser e estar em uma cultura, outra é falar sobre ela para o “outro”.

O projeto foi pensado no sentido de explorar formas mais atrativas e dinâmicas de compartilhamento dos saberes, através de encontros de estudo, palestras, projeção e debates de filmes, narrativas e dramatização de histórias e mitos, como também de atividades artísticas. Buscou subsidiar as discussões sobre interculturalidade, procurando aproximar o conhecimento transmitido na escola com as visões indígenas sobre seu povo e sua cultura, contribuindo assim para a superação de intolerâncias vividas no cotidiano indígena e possibilitando o acesso à diversidade de saberes historicamente invisibilizados no Brasil.

EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E LIDERANÇAS INDÍGENAS EM SALAS DE AULA COM CRIANÇAS E JOVENS – UM DIÁLOGO CRIATIVO E TRANSFORMADOR

A experiência de convivência com estudantes universitários, lideranças e comunidades indígenas em salas de aula com crianças e jovens provocou um diálogo criativo e transformador, colocando em cheque as noções transmitidas e ainda hoje perpetuadas por muitos livros didáticos. Além disso, as vivências experimentadas por docentes e estudantes em comunidades indígenas Kaingang e Mbyá Guarani da região proporcionaram uma aproximação e uma mudança de perspectiva, que nenhum material didático-pedagógico pode alcançar.

Leonardo Christian da Silva Maia, do povo Tuxá⁴, foi bolsista do Projeto de Extensão “Temática Indígena: Diversidade de Saberes” em sua edição junto ao NEABI do Colégio Municipal Pelotense (CMP). Sua participação trouxe uma importante contribuição, em primeiro lugar, por ter uma experiência acumulada em outra instituição na luta e organização de estudantes universitários indígenas e, em segundo lugar, por ser o primeiro indígena a ingressar na Faculdade de Medicina na UFPEL. Estes dois aspectos ajudaram a quebrar estereótipos e a mostrar para estudantes do ensino fundamental e médio do Colégio Municipal Pelotense (maior escola pública municipal do Brasil em número de estudantes), que a experiência e a realidade contemporânea dos povos indígenas é muito diversa. Tuxá, como costuma ser chamado, possui um conhecimento de medicina tradicional de seu povo, que lhe foi transmitido por sua mãe Analice Moises da Silva Maia⁵, que, além de enfer-

3. Cito em especial Rogério Reus Gonçalves da Rosa (UFPEL), Martin Tempass (FURG) ambos antropólogos e Louise Prado Alfonso (UFPEL), turismóloga, antropóloga e arqueóloga.

4. O povo indígena Tuxá, que vive próximo ao submédio rio São Francisco, no estado da Bahia poderia ser identificado entre as populações indígenas “de pouca distintividade cultural (ou seja, culturalmente “misturadas”), conforme Pacheco de Oliveira (1998, p. 48).

5. Analice Moises da Silva Maia, participou em 05/07/2018, de atividade de outro Projeto de Extensão do NETA, denominado **III Mostra de Filmes Etnográficos**, onde foi debatedora, junto com seu filho, Leonardo do filme

meira, é pajé e trata as pessoas da comunidade com plantas medicinais. Ele compartilhou esses conhecimentos através de rodas de conversa, vídeos e oficinas práticas. Apresentou um pouco da história da doença (das epidemias) e da saúde indígena e de como foram sendo implementados (ou não) os diferentes sistemas de saúde indígena pelo Estado brasileiro em diferentes momentos da história. Escreveu ainda artigos e poesias nos quais compartilha um pouco de sua história de vida e sua persistência em conseguir ingressar num curso de Medicina⁶.

Abicael Moreira, acadêmico indígena Kaingang⁷, foi bolsista do Projeto de Extensão “Temática Indígena: diversidade de saberes” durante 2018. Além de trazer aspectos da cultura do povo Kaingang, realizou oficinas e apresentou jogos dos povos indígenas, trazendo imagens de jogos regionais, nacionais e mundiais em suas diferentes modalidades.

Nos seus relatórios como bolsistas, ambos enfatizaram a troca de saberes que ocorreu através de sua inserção em projetos de extensão junto às escolas. Ao prepararem suas assessorias acabaram por fortalecer sua autoidentificação, aprofundando o conhecimento sobre a história e a cultura de seu povo. Eles estreitaram o contato com as pessoas mais velhas de suas aldeias em vista de completar conhecimentos e buscaram pesquisas de antropólogos/as e indigenistas sobre os povos indígenas.

Bruno Ferreira, do povo indígena Kaingang e doutor em Educação, em evento denominado “Questões étnico-raciais e ações afirmativas na sala de aula: diálogos e perspectivas”, realizado em Pelotas, nos dias 20 e 26 de outubro de 2016, destacou “a importância das ações afirmativas para os povos indígenas”. Ele considerou o projeto “muito especial para a inserção dos saberes indígenas no espaço universitário como conhecimentos a serem respeitados e considerados”⁸. E seguiu enfatizando as narrativas atuais dos próprios kaingang, dizendo: “Temos narrativas registradas por autores que estiveram com o povo Kaingang em outros momentos, porém, mais importante do que esses registros é o que dizem ainda hoje os velhos kaingang, considerados enciclopédias vivas”.

A aproximação entre escolas e indígenas aconteceu também por ocasião das visitas às comunidades indígenas da região por representantes das escolas, para combinar atividades conjuntas. A Escola Municipal Nestor Elizeu Crochemore, por exemplo, era vizinha da aldeia Mbyá Guarani, a *Tekoá Kapi’i Ovy* (Aldeia Capim Verde) e não a conhecia. Algumas pessoas da comunidade escolar visitaram então a comunidade indígena Mbyá Guarani e a convidaram para vir até a E. M. E. F. Nestor Elizeu Crochemore para realizarem uma roda de conversa e apresentarem seu grupo de canto.

O Colégio Municipal Pelotense convidou lideranças da comunidade Kaingang da aldeia *Gyró*, da região conhecida como Cascata, na área rural de Pelotas, para conversar com estudantes durante a exposição de Fotos, Artesanatos e Artefatos Indígenas (duas edições) e depois as/os professoras/es foram convidadas/os pelas lideranças Kaingang a visitar a sua comunidade.

As escolas, através de docentes e estudantes, foram recorrentes em dizer que este contato direto com estudantes e comunidades indígenas ajudou na superação das noções a respeito das

“Damrõze Akwe – amor e resistência” (2017), dirigido por Guilherme Cavalli.

6. Ver MAIA, Leonardo Christian da Silva. *O garoto sou eu e os sonhos também são meus! In: ALTMANN, Lori; MANKE, Lisiane Sias. GASPAROTTO, Alessandra (org.). Sonhos, lutas e resistências: histórias de estudantes cotistas negras/os, quilombolas e indígenas e seu ingresso na universidade.* Francisco Beltrão: Calgan, 2017.

7. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>

8. O evento, que integrou o Projeto de Extensão denominado “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”, coordenado pela Prof^a Alessandra Gasparotto, tratou da abordagem sobre ações afirmativas e questões étnico-raciais na educação básica, através de mesas-redondas, oficinas e rodas de conversas. Algumas palestras e oficinas foram publicadas no livro: GASPAROTTO, Alessandra; MANKE, Lisiane Sias e ALTMANN, Lori (org.). **Ações afirmativas e educação antirracista: reflexões, propostas e ferramentas didáticas.** Francisco Beltrão: Calgan, 2018. p. 20.

culturas indígenas como algo genérico, estático e do passado. Tornou-se um espaço de sensibilização, que levou ao conhecimento de outras visões de mundo. A prática de extensão, no que diz respeito a discentes, docentes e comunidade escolar, faz parte de um processo de construção de conhecimento que, por uma experiência sensorial, leva a uma mudança de mentalidade. Para algumas pessoas torna-se um projeto de vida, como o que ocorreu com o acadêmico de História Felipe Nunes Nobre que, após participar do projeto, escolheu pesquisar em seu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso (NOBRE, 2014; 2017) e em sua dissertação de mestrado (NOBRE, 2017) sobre como coleções de livros didáticos de História abordam a imagem dos povos indígenas. A partir dessa experiência, ele passou a questionar sua formação acadêmica em História. Hoje é professor em Santa Catarina e nos envia notícias e imagens das atividades que desenvolve com seus e suas estudantes sobre a temática indígena.

INTERCULTURALIDADE E NOVAS ABORDAGENS DAS HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DECOLONIAL

Como afirmado acima, a aprovação da Lei 11.645/2008, que alterou o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representou um enorme avanço na educação brasileira, pois possibilitou inserir na educação formal novas abordagens da história e cultura indígena, principalmente nas escolas de ensino fundamental e médio, públicos e privados. O mesmo processo de mudança se deu com a história africana e das pessoas afro-brasileiras marcadas indelevelmente pelo longo período de mais de 350 anos de escravidão. Sempre é bom recordar que a nova lei tem como fundamento jurídico a Constituição Cidadã de 1988, na qual ficaram consubstanciados os direitos das minorias e dos povos mais vulneráveis da nacionalidade brasileira, de modo que não apenas devem ser respeitados como também estudados e seus direitos garantidos através de ações governamentais mediante políticas públicas específicas. Quem acompanha as consequências da aplicação da Lei, no entanto, percebe que sua prática é contraditória, difícil e muitas vezes frustrante. Por isso, tanto os movimentos indígenas quanto os movimentos afro-brasileiros seguidamente cobram como reparação histórica não só o que a lei lhes garantiu, aliás, como fruto de anos de luta e não simples concessão da sociedade dominante, mas ainda mais direitos e espaços de reconstrução de suas vidas e modo de existência.

O projeto aqui estudado está alicerçado numa abordagem teórica intercultural e decolonial, pois a nosso ver é a que melhor responde aos desafios da prática educativa contemporânea. É precisamente este referencial que nos permitiu superar – na prática – o arraigado preconceito que se instalou há séculos na formação histórica brasileira contra precisamente indígenas e afro-brasileiros, o que originou o dissimulado racismo estrutural brasileiro⁹, hoje tipificado como crime na legislação penal.

Um dos pressupostos mais destacados dessa abordagem é a proposição de um diálogo étnico-cultural como “condição básica para que se concretize o reconhecimento do outro como interlocutor legítimo, embasando a interação no respeito a esse outro com o qual nos dispomos a dialogar” (BERGAMASCHI, 2008, p. 7). Nas práticas educativas que o projeto oportunizou, uma das avaliações que recebemos por parte de estudantes universitários que nele atuaram foi justamente a quebra de vários preconceitos em relação a indígenas e pessoas negras, o aprendizado da escuta de lideranças indígenas em sala de aula, o vivo interesse despertado nas crianças e jovens a partir dos encontros diretos com representantes indígenas e a criatividade que estas aulas proporcionaram nos trabalhos que professoras solicitavam como atividades didáticas após os encontros. Exposições desses trabalhos no espaço da escola ou em outros espaços públicos

9. ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

(biblioteca pública, por exemplo), contação de histórias e rodas de conversa, danças e cantos compartilhados foram alguns dos recursos que serviram como formas práticas de tornar o diálogo iniciado uma experiência pessoal intransferível para essas crianças e jovens.

Um exemplo desses ensaios ocorreu na Semana dos Povos indígenas em abril de 2019, na Bibliotheca Pública Pelotense (BPP)¹⁰. No grande salão superior do prédio, crianças indígenas e crianças de escolas públicas, que vieram para assistir a exposição indígena ali organizada, puderam intercambiar em igualdade de condições e num mesmo nível (todas elas sentadas no assoalho do auditório da BMP) impressões do que significa o canto ou a dança comunitária Mbyá Guarani¹¹.

A interculturalidade, como um projeto político, pedagógico e até mesmo epistêmico (WALSH, 2007, p. 33; MIGNOLO, 2010) vem sendo assumida em muitos espaços educacionais, mas ainda de forma muito restrita e sem o devido senso crítico. Mariana Paladino e Gabriela Czarny, refletindo sobre o tema em relação a conhecimentos indígenas no âmbito escolar, questionam certas apropriações dos conhecimentos tradicionais indígenas que, no fundo, não realizam o passo da dimensão **intercultural**. As autoras afirmam ser necessário levar em consideração “a complexidade dos conteúdos culturais que supostamente se pretende valorizar” (PALADINO; CZARNY, 2012, p. 15). É importante considerar que nesse campo da educação, desde a perspectiva antropológica, se configura uma “tensão analítica e política de conceber a escola como instituição colonizadora e assimilacionista ou como instituição possibilitadora de cidadania e transformação” (PALADINO; CZARNY, 2012, p. 15).

Ora, o projeto aqui apresentado – até por já ter sido levado a efeito em anos seguidos – vem se debatendo continuamente com esta disjuntiva: superar o sentido meramente exótico da presença da história indígena e de lideranças indígenas nas Semanas dos Povos Indígenas, normalmente realizadas no mês de abril de cada ano, para desafiar docentes das escolas públicas e privadas como também crianças e jovens a desenvolverem o senso crítico em relação ao que conhecem e ao que sempre escutaram sobre estes povos na rede escolar ou nas mídias e outros ambientes educativos.

Aquilo que o projeto alcançou com as diversas atividades propostas, debates, projeção de filmes e documentários produzidos por indígenas, visitas guiadas a algumas comunidades urbanas indígenas, além de outros recursos pedagógicos, ainda não se mostrou suficiente para a superação dos preconceitos e das visões distorcidas em relação aos povos indígenas e afro-brasileiros. No entanto, esta possibilidade de diálogo vem contribuindo para despertar interrogações que a vida, a convivência e o estudo mais aprofundado tratam de colocar para este público específico e em formação.

Nesse sentido, pode-se mesmo confirmar que o debate intercultural colocado em prática na sala de aula colabora de modo concreto para a elaboração do senso crítico de crianças e jovens em relação à história indígena e afro-brasileira, tornando-se assim uma experiência política inusitada e formativa de uma nova visão de mundo. Só assim, nos parece, é possível superar as visões colonialistas e preconceituosas, abrindo a porta para uma nova caminhada com esses povos e comunidades.

10. Integrou o Projeto de Extensão “Temática Indígena: diversidade de saberes” e fez parte de uma parceria com a Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), para marcar a Semana dos Povos Indígenas em 15 a 18 de abril de 2019. O Evento, denominado “Povos Indígenas - sabedoria e resistência”, voltado para estudantes de escolas públicas e privadas do município de Pelotas/RS e para a população em geral, contou com a participação ativa de estudantes dos seguintes cursos da UFPel: Antropologia (bacharelado e mestrado), Ciências Sociais (licenciatura), Educação Física (2 estudantes indígenas, um Kaingang e outro Mbyá Guarani), Direito (mestrado).

11. Esta experiência, a nosso ver, talvez possa ser – teoricamente – relacionada ao que Homi Bhabha escreveu a propósito dos “espaços intersticiais” ou brechas de afirmação contra hegemônica que os povos subalternos, oprimidos ou vulneráveis criam ou se utilizam para dizer o que pensam, desmontando preconceitos e reafirmando sua dignidade humana e seus projetos históricos, para além das concessões da sociedade dominante (BHABHA, 2013, p. 361-364).

Em relação aos resultados do projeto, uma das compensações mais gratas para quem participa de sua organização e realização são as cartas e recados que essas crianças e jovens por vezes escrevem ou desenham em retribuição ao aprendizado que tiveram no contato com indígenas e lideranças quilombolas, convidadas especiais desses encontros formativos. Como escreveu o filósofo Raúl Fornet-Betancourt:

Interculturalidade quer designar [...] aquela *postura* ou *disposição* pela qual o ser humano se capacita para, e se habitua a viver “suas” referências identitárias em relação com os chamados “outros”, quer dizer, compartilhando-as em convivência com eles.¹²

O pensamento intercultural tem como uma de suas principais tarefas expressar criticamente o caráter monocultural da sociedade dominante, de modo a contestar supostas “verdades absolutas” que se apresentam como universais. O diálogo intercultural, mesmo nas suas formas mais simples e diretas, tem a virtude de “desenvolver uma acurada sensibilidade para as assimetrias entre culturas e, por vezes, no interior de uma mesma cultura, de tal modo que seja possível deixar-se interpelar pela cultura do *outro*” (ZWETSCH, 2015, p. 123). Assim, se pode afirmar que a interculturalidade – partindo da convivência e do encontro com o outro – vai além desses momentos especiais, oportunizando uma abertura para com os diferentes e possibilitando novas relações de respeito, aprendizado e equidade. Isto configura o que o autor chamou de justiça cultural, uma experiência de vida mutuamente satisfatória.

A perspectiva decolonial aqui referida é o grande desafio para a construção de novas pedagogias críticas e transformadoras. Como escreveu Catarine Walsh, que trabalhou com Paulo Freire em alguns projetos relacionados à Rede de Pedagogia Crítica, a proposta decolonial pretende ir mais adiante que a pedagogia crítica. Assumindo-a como um dos pressupostos necessários, trata-se de fazer a crítica do multiculturalismo que o sistema educativo e comunicativo dominante apresentou aos grupos subalternos para, então, desconstruir a colonialidade, as formas neocoloniais de exercício do saber, do poder e do ser. A perspectiva decolonial é extremamente exigente, crítica e autocrítica, não se conforma com políticas de reconhecimento pela metade, meramente inclusivas ou adaptativas. Ela quer mais, busca a transformação das concepções e condições de educação e produção do conhecimento. Walsh retoma em seu artigo citando uma afirmação do filósofo Enrique Dussel que aponta não para a negação da razão ocidental, simplesmente, mas para o reconhecimento da validade e da importância da “razão do Outro” (WALSH, 2007, p. 34).

Se este projeto estiver caminhando na senda apontada por Dussel, e aqui desde um público majoritariamente infantil e adolescente, ele oferece uma contribuição modesta, mas relevante, para fazer da educação um instrumento de construção do pensamento crítico e de uma ação educativa social e política transformadora. Senão por outras razões, pelo simples fato de abrir espaço dentro do currículo regular para experiências que transcendem o espaço escolar restrito apontando para novas formas de vida e de pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu articular, a partir de uma experiência concreta realizada pelo curso de Bacharelado em Antropologia da UFPel, através de um projeto de extensão universitária do NETA, uma proposta de reflexão sobre a questão da interculturalidade nas salas de aula como

12. TRINDADE, Célio Juliano Barroso; ZWETSCH, Roberto E. Contextualidade, pluralidade, ecumenicidade: esboço de uma teologia intercultural. *In*: ZWETSCH, Roberto E. **Conviver**: ensaios para uma teologia intercultural latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2015. p. 173.

espaços de construção de relações interétnicas decoloniais e mais justas, tendo como espaço específico escolas da rede pública de Pelotas e região.

A experiência oportunizou a participação de docentes, acadêmicos indígenas e não indígenas, bem como de lideranças e grupos de comunidades indígenas Kaingang e Mbyá Guarani nos espaços educativos das escolas parceiras do projeto. Os encontros e assessorias oportunizaram um espaço de debate e a abordagem crítica de temas relacionados à história desses grupos étnicos, colaborando para uma mudança de pensamento e, espera-se, de atitudes por parte de crianças, jovens e docentes nas suas relações com essas comunidades.

O que se alcançou com as diversas atividades propostas, debates, projeção de filmes e documentários produzidos por indígenas, rodas de conversa, visitas guiadas a algumas comunidades indígenas situadas na zona urbana e rural do município, além de outros recursos pedagógicos, ainda não se mostrou suficiente para a superação dos preconceitos e das visões distorcidas em relação aos povos indígenas. Estas ações contribuíram, porém, para despertar interrogações que a vida, a convivência e o estudo mais aprofundado tratam de colocar para este público específico e em formação.

A proposta decolonial pretende ir mais adiante que a pedagogia crítica, pois visa transformar tanto a realidade quanto as propostas educativas. Trata-se, portanto, de fazer a crítica do multiculturalismo que o sistema educativo e comunicativo dominante apresentou aos grupos subalternos para, então, desconstruir a colonialidade, isto é, as formas neocoloniais de exercício do saber, do poder e do ser. A perspectiva decolonial é extremamente exigente, crítica e auto-crítica, não se conforma com políticas de reconhecimento pela metade, meramente inclusivas ou adaptativas. Ela quer mais, busca a transformação das concepções e condições de educação e produção do conhecimento.

A extensão tem como objetivo aproximar a universidade da sociedade e das comunidades à sua volta, especialmente aquelas que tradicionalmente não têm contato frequente com o ensino superior. A presença de estudantes universitários, em especial estudantes indígenas, em atividades de extensão, para tratar da História e da Cultura Indígena em escolas da rede pública municipal e estadual em Pelotas, configura-se como uma forma de Ação Afirmativa. Olhando da perspectiva de estudantes de ensino básico percebemos a oportunidade de acessar outros saberes e de promover aproximação e diálogo com estudantes universitários, apontando-lhes uma possibilidade futura.

Por outro lado, olhando do ponto de vista de estudantes universitários indígenas, a participação em projetos de extensão pode ser uma ferramenta importante para estimular sua permanência na universidade, pois valoriza saberes que lhe são próprios e muitas vezes são silenciados no contexto acadêmico. Se as ações afirmativas têm como objetivo promover as condições para que integrantes dessas comunidades acessem e permaneçam na universidade, muitas vezes estudantes de escolas públicas, em especial negros/as e indígenas, não têm conhecimento desta possibilidade. Neste sentido, as ações de extensão e as ações afirmativas podem vir a ser utilizadas para promover informação em relação a direitos e a combater desigualdades, sejam sociais, étnicas, raciais e/ou de gênero, entre outras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GASPAROTTO, Alessandra; MANKE, Lisiane Sias; ALTMANN, Lori (org.). **Ações afirmativas e educação antirracista**: reflexões, propostas e ferramentas didáticas. Francisco Beltrão: Calgan, 2018.

MAIA, Leonardo Christian da Silva. O garoto sou eu e os sonhos também são meus! *In*: ALTMANN, Lori; MANKE, Lisiane Sias; GASPAROTTO, Alessandra (org.). **Sonhos, lutas e resistências**: histórias de estudantes cotistas negras/os, quilombolas e indígenas e seu ingresso na universidade. Francisco Beltrão: Calgan, 2017. p. 32-37.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad: lógica de la colonialidad y gramática de la decolonialidad. Buenos Aires: Ed. del Signo, 2010.

NOBRE, Felipe Nunes. **Invisíveis, presentes, esquecidos**: a temática indígena no ensino de História na coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). 2014. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

NOBRE, Felipe Nunes. **Nos meandros do (re)conhecimento**: a temática indígena em livros didáticos de História no contexto de implementação da Lei 11.654/08 (2008-2014). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “índios misturados”? : situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (org.). **Povos indígenas e escolarização**: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedade latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

POVOS indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ROSA, Maria Heloisa Martins da. **TEKOÁ KAPI’I OVY: JEÉ HAEMÁ JERAY KUE RY RE AMANDA VA’ É**: aldeia Capim Verde: um pequeno grupo, uma grande cultura: uma etnografia entre os Mbyá-guarani. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

ROSA, Maria Heloisa Martins da. **Uma etnografia sobre a relação entre adultos e crianças Mbyá-guarani**: estudo sobre os Pereira Benites, Pelotas/Canguçu, RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidad colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 19, n. 48, p. 25-35, 2007.

ZWETSCH, Roberto E. (org.). **Conviver**: ensaios para uma teologia intercultural latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2015.

Data de recebimento: 23/05/2021

Data de aceite para publicação: 28/06/2021

